

## A paixão como pulsão na formação dos movimentos pela Anistia

ANDRESSA MARIA VILLAR RAMOS\*

Neste texto analisaremos o conceito de paixão e sua relação na ação política que levou atores sociais a lutarem nos movimentos pela Anistia. Quais sejam, os mecanismos de solidariedade nos seus cotidianos, a exclusão da idéia de “vítimas” dos presos políticos, e a idéia, sempre presente, da resistência com dignidade.

A partir do momento que buscamos evidenciar a ação política dos grupos que lutaram pela Anistia, sob a luz de suas paixões, torna-se necessário delimitarmos o conceito de paixão que estamos usando. São vários os autores que se debruçam sobre este conceito na História. Partindo da contribuição da filosofia, encontramos em Kant e Hegel importantes reflexões para uma história das idéias sobre as paixões. Para Kant, na *Crítica do Juízo*, “a paixão exclui o domínio de si, impede ou torna impossível que a vontade se determine à base de princípios: a paixão impede os princípios morais. A emoção assim, é precipitada e irreflexiva, mas a paixão, de forma mais radical e perigosa depois de desencadeada, atua refletidamente para conseguir seus objetivos.”<sup>1</sup>

Segundo Maria Emilia Monteiro Porto<sup>2</sup>, Hegel, no entanto, dizia que nada grande foi realizado, nem pode sê-lo, sem paixão, ou sem paixões violentas. Assim, paixão é a totalidade do espírito prático enquanto se coloca singularmente em uma das muitas determinações limitadas que contrastam entre si. Com isso, nos remete a uma outra perspectiva, que seria a de uma história do influxo das paixões sobre a sociedade ou paixão como o motor da História. É neste sentido que teríamos o fundamento para as paixões políticas expressas nas revoluções sociais, ou nas grandes doutrinas políticas<sup>3</sup>. Nietzsche se une a Hegel nesse sentido, pois exaltou a paixão, entendendo como um sintoma de debilidade o medo aos sentidos, aos desejos e às paixões. Via na paixão

---

\* **Andressa Maria Villar Ramos é doutora em História Social pela PUC-SP.**

<sup>1</sup> Citado em “*Para uma história das paixões*”, Maria Emilia Monteiro Porto, in: <http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia1.htm>, consultado dia 27 de novembro de 2007.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid.

dominante a forma suprema da saúde porque nela a coordenação dos sistemas internos e seu trabalho a serviço de um mesmo fim são realizados de melhor maneira<sup>4</sup>.

Percebemos que foi então, a partir da filosofia, com Kant e Hegel, que a paixão veio a se colocar como problema. No século XX, com as rupturas intelectuais historiográficas que ocorreram, foram possíveis novas elaborações metodológicas da disciplina História, legitimando a irrupção da paixão como portador de novas problematizações históricas e, portanto, como objeto discursivo, onde acreditamos que nos inserimos.

Durante a ditadura militar encontramos nas fontes essa paixão como o motor da História, assim como a capacidade de começar de novo, de ter coragem de desencadear um processo:

*“Diante do espetáculo da afluência mal distribuída do capitalista, da alienação consumista que a acompanhava, da arrogância imperialista ao redor de um planeta congelado na guerra fria, da gélida petrificação da burocracia stalinista e da multiplicidade de focos de revolta, parecendo aproximar movimentos anticolonialistas, guerrilhas anticapitalistas, e lutas de unificação nacional, tal necessidade parecia tão evidente que se tornava difícil não pensar se uma vanguarda bem disposta e estruturada não poderia fazer a História, tomar o destino nas mãos e transformar o mundo. Se parecia ao menos possível, não seria uma obrigação tentar? Se a liberdade era a consciência da necessidade, não agir não seria uma opção pela escravidão, por uma vida alienada e sem sentido?” (GONÇALVES, 1997: 94)*

Esse trecho me parece sintetizador, na prática do nosso objeto, de algumas das idéias que usaremos de Hannah Arendt. Se a concepção de cidadania de Arendt - sintetizada na fórmula *direito de ter direitos* (ARENDR, 2004: 330) - confere densidade e movimento à sua noção de política e está fundamentada em dois eixos estreitamente entrelaçados: a idéia de pertencimento e a necessidade de construção do espaço público. Então, é exatamente essa idéia de pertencimento, de compromisso com a história, o tomar a história nas mãos para construir o espaço público, e de ter o direito de construir este espaço público, que é apreendido da fonte citada.

Percebemos que este espaço *“resulta diretamente da ação em conjunto, da ‘participação em palavras e atos’*. A ação, portanto, não apenas mantém a mais

---

<sup>4</sup> Ibid

*íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui*” (ARENDR, 2004: 210) . Assim, o direito de ter direitos é exercido pelo “indivíduo que age e fala junto com outros indivíduos” e só pode se realizar na “pura efetividade da ação”, entendida sempre como capacidade de intervenção no mundo comum e de transformação da realidade, não podendo, definitivamente, ser alienada ou delegada. Adoto como referencial este caráter intrinsecamente instituinte do político, tão forte em Hannah Arendt, para estabelecer a temporalidade própria da luta pela Anistia, a partir das seguintes idéias:

- A iniciativa política está com a sociedade civil organizada, não com o Estado, e esta iniciativa tem a paixão como pulsão; ou para usar Pierre Ansart, o ódio a um inimigo comum.

- Os sujeitos ou os atores principais são as entidades de Anistia, os exilados e os presos políticos - tomam consciência do que dá impulso ao agir do sujeito na história. Sujeito este que aparece na sua capacidade de mudar a situação anterior, inventando uma nova maneira de ser e de agir na situação, inaugurando o novo<sup>5</sup>. Assim, descartam-se, ao mesmo tempo, a idéia do sujeito reduzido à própria razão e a idéia de um sujeito despersonalizado que sacrifica a si mesmo em nome de uma ordem impessoal da natureza ou da história. O homem é visto como ator da história. O que caracteriza o homem é sua capacidade de agir sobre o meio ambiente que o cerca.

- O *locus* desta iniciativa, o lugar da ação e do discurso ou, melhor ainda, o lugar privilegiado da história, é a esfera instituinte no marco da recuperação da praça pública enquanto espaço político.

São estes os referenciais que proponho como perspectiva, em contraposição ao espaço instituído ou à esfera do institucional. Neste quadro, também o passado recente torna-se objeto de disputa acirrada: são memórias concorrentes e excludentes que se digladiam - a memória das lutas busca reverter a apropriação indébita da memória histórica pelo poder constituído e desconstruir a memória oficial, a memória militar.

---

<sup>5</sup> BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p. 107.

A singularidade a ser destacada refere-se às dificuldades existentes na produção de práticas capazes de empreender esta memorização – a construção de uma contramemória - e de constituição de um espaço público de contrapoder em um momento marcado pela tentativa de estabilização da ditadura. Isto se dá no movimento do contrapelo, como desafio à ordem estabelecida. Segundo elaboração do movimento pela Anistia:

*“Os movimentos pela Anistia entendem claramente que não se trata de reformar o poder judiciário, a legislação eleitoral, a LSN. Impõe-se a supressão do aparato repressivo, a desativação dos centros de tortura, oficiais, clandestinos ou militares. Impõe-se a responsabilização dos que, investidos da autoridade conferida pelo poder de polícia, têm praticado torturas e assassinatos; impõe-se acabar com a impunidade dos órgãos para-militares.”<sup>6</sup>*

Os Comitês Brasileiros de Anistia se apresentam, assim, como um movimento legal cujo objetivo declarado é o enfrentamento direto da ditadura no seu arcabouço ideológico, a Doutrina de Segurança Nacional. Eles começam a se articular em 1977 e entram em cena em 1978.

Em 11 de maio de 1978, *O Estado de São Paulo* noticiava: “No Largo cercado, o ato pela Anistia”. Tratava-se de uma atividade do CBA – SP, cujos objetivos foram “anunciados ontem para mais de 4 mil pessoas reunidas em ato público no pátio da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.” Lembrando deste Ato, Zilah Abramo nos conta que as dificuldades era muitas para se fazer qualquer manifestação:

*“Agíamos na base do avanço e do recuo. A primeira vez que a gente fez um mini comício, no Largo de São Francisco foi uma façanha, e eu lembro até que o Luis Eduardo Greenhalgh se entusiasmou e falou: ‘hoje conquistamos essa praça, e de praça em praça chegaremos lá!’”* (ABRAMO, 2000: 3)

Na mesma página, *O Estado de São Paulo* ainda reportava uma manifestação pela Anistia em Campinas, com mil estudantes da PUC e da Unicamp; um debate no Centro Acadêmico de Medicina da USP e uma missa celebrada em Apucarana (PR) em homenagem a um estudante assassinado pela repressão. O movimento já fazia barulho e incomodava a ditadura.

---

<sup>6</sup> CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA. Resoluções Proposições políticas gerais. São Paulo, nov. 1978, p.8.

Embora o movimento pela Anistia tivesse como compromisso a “*transformação de sua luta em movimento de massas, que a amplie para todas as regiões e grupos sociais*”<sup>7</sup>, e que o movimento pela Anistia se dispusesse a “congregar todos os que se dispõem a lutar pela Anistia em nosso país”, não podemos deixar de perceber que houve falas que não se alinharam ao movimento pela Anistia, sendo deixadas de fora, e nesse momento, vemos uma de suas contradições. Encontramos no decorrer da produção desta tese discursos que passavam a ser dissonantes mesmo dos discursos opositoristas da ditadura. Pensamos em duas situações vivenciadas durante a luta pela Anistia. Uma foi o discurso que não foi incorporado por nenhum dos grupos que lutou de forma oficializada pela Anistia, incluindo aí os CBA’s. Pessoas que não aderiram à luta por não concordarem com a sua direção. Falando de sua atuação, Maria Amélia de Almeida Teles nos conta que:

*“Eu discutia com os presos políticos, onde havia um setor significativo que era contrário a esta bandeira. Não aceitavam a Anistia mesmo sendo qualificada como Ampla, Geral e Irrestrita. Eles achavam que a Anistia era pedir perdão e eles não aceitavam a idéia. Afinal eles não tinham cometido crimes. Era o Estado que havia cometido crime contra o povo brasileiro. Eu argumentava que a Anistia significava um passo fundamental para a democracia. Assim poderíamos conquistar liberdades políticas, etc. Mas minha conversa não entusiasmava muito esses presos. Minhas idéias eram muito conciliadoras.”* (ABRAMO, 2006: 215)

Ou ainda:

*“Eu não sou Anistiado. Tenho direito a ser, mas não quis. Eu não tenho do que ser perdoado. A luta daquele movimento não era a minha. A democracia que eles queriam não me satisfazia.”* (NEPOMUCENO, 2004: 2)

Percebemos então que é uma parcela de excluídos ou auto-excluídos dentro dos sem-parcela. E o barulho aqui, nem sempre passará disso, já que a documentação sobre essas pessoas é muito escassa, e nos arquivos pesquisados encontramos apenas poucas declarações como esta da Maria Amélia A. Teles, e como o depoimento do Sr. Juarez. Mas achamos importante assinalar a existência das vozes destes atores sociais.

O segundo segmento ao qual me referi é o de uma fala que foi uníssona à ditadura e que passou a repudiá-la e a participar com grande influência da luta pela Anistia. Lembro aqui da conversão do senador Teotônio Vilela. Ele tinha sido

---

<sup>7</sup> ENCONTRO NACIONAL DE MOVIMENTOS PELA ANISTIA. Carta de Salvador, Salvador, 9/set/1978, mimeo.

designado pelo governo para defender seu projeto de Anistia junto à comissão mista, e realmente, no início não concordava com uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita por que “Anistia é via de mão dupla, e eu não vou defender Anistia para terrorista” (GREENHALGH, 1999: 80), mas acabou defendendo o projeto da oposição. Luis Eduardo Grenhalgh nos conta:

*“Quando a gente foi falar com ele, nas primeiras vezes, ele dizia que a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita era impossível, que tinha que ir passo a passo redemocratizando o Brasil, e que ele próprio não aceitava a Anistia para os crimes de sangue. E nós falamos: Senador, o senhor é o presidente desta comissão, é tarefa sua visitar os presos políticos, os comitês de Anistia vão estabelecer, se o senhor quiser, essas visitas. E ele quis. E a primeira visita que ele fez foi (...) no presídio Barro Branco em São Paulo, para ver os presos políticos. Quando ele saiu de lá de dentro, uma jornalista da Rede Globo, Marilena Chiarelli, perguntou a ele: ‘Como foi a sua visita Senador, aos terroristas?’ E ele respondeu: ‘Não encontrei nenhum terrorista aí dentro, encontrei jovens idealistas que arriscaram sua vida para o bem do Brasil’, e a mulher pegou o microfone, parou, voltou e fez uma segunda pergunta a ele: ‘Senador, o senhor os convidaria, essas pessoas, para se hospedarem na sua casa?’ E ele disse: ‘Convidaria à todos e à cada um para se hospedar em minha casa, convite que não faço à muitos dos ministros do atual governo’”. (GREENHALGH, 1999: 3)*

É o dissenso dentro da política instituída. A voz deste senador dentro do governo, que lutou pela Anistia ao lado dos grupos de oposição, foi uma conquista para o movimento, ainda que tenha acontecido apenas em 1979.

A participação de Madre Cristina<sup>8</sup> também teve grande importância para o movimento pela Anistia. Ativa e solidária, Madre Cristina buscava notícias de presos e desaparecidos e conseguia advogados para defendê-los; abrigava perseguidos políticos no Instituto *Sedes Sapientiae*, que também se tornou endereço de encontros pela Anistia em São Paulo. O Instituto *Sedes Sapientiae* abrigou a primeira e restrita reunião do grupo de pessoas que iria fundar o Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, em maio de 1978, e, em novembro do mesmo ano, as várias reuniões preparatórias e as reuniões de trabalho do 1º Congresso Nacional pela Anistia, realizado nos dias 2, 3, 4 e 5 de novembro daquele ano<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Madre Cristina foi fundadora do Instituto Sedes Sapientiae em São Paulo e por muito tempo diretora dele; psicóloga, religiosa da Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Sto. Agostinho, educadora e ativista política.

<sup>9</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora Almeida Cunha. Depoimento a Andressa M Villar Ramos. São Paulo, 08-09-1999.

A sessão de abertura do I Congresso Nacional pela Anistia foi realizada no Tuca (Pontifícia Universidade Católica - São Paulo), exatamente dois meses após a PUC ter sido invadida pelo coronel Erasmo Dias. A data foi especialmente escolhida. Era o aniversário da morte de Carlos Marighela. Luis Eduardo Greenhalgh recorda que:

*“Pela primeira vez, em público, chamamos os nomes dos nossos companheiros desaparecidos. Inventei de todo mundo dizer ‘presente’ a cada nome. E foi uma emoção. Quem participou nunca vai esquecer. Carlos Marighela: presente! Lamarca: presente! E a cada um dos guerrilheiros: presente, presente, presente! Tinha família de desaparecido que falou pela primeira vez. Teve depoimento de mãe com o filho morto havia dez anos. E com filho exilado não sei onde. De militante que foi torturada e disse que ainda tinha delírio persecutório. As pessoas verbalizavam pela primeira vez, naquele ato público, o que tinham passado. O Congresso unificou a luta pela Anistia”.* (GREENHALGH, 1999: 80-81)

Na memória de Ana Maria Müller, o I Congresso pela Anistia foi “grandioso e comovente desde a abertura. Foi inesquecível: o encontro, reencontro, tudo muito intenso e ali nos dávamos conta de como tinha crescido o movimento no último ano” (ABRAMO, 2006: 215).

Foi nas salas de aula do Instituto Sedes Sapientiae que se reuniram os familiares de militantes presos, de desaparecidos e mortos que, ainda temerosos, relatavam nas comissões as inacreditáveis histórias de violência ainda inéditas para os brasileiros em geral e mesmo para os presentes ao I Congresso. Dali se tiraram as resoluções relativas aos atingidos políticos: aos presos e ex-presos, aos desaparecidos que se esperava encontrar, aos mortos, aos banidos e exilados, aos cassados pelos atos administrativos, aos demitidos e aposentados das instituições científicas e universitárias. Essas resoluções, elaboradas após os três dias de trabalhos, foram apresentadas ao público na sessão de encerramento ocorrida no Teatro Ruth Escobar, na Rua dos Ingleses, no dia 5 de novembro de 1978.

O I Congresso Nacional pela Anistia contou com a presença de cerca de mil pessoas<sup>10</sup> e nele estavam representados todos os CBA's já nomeados e ainda os de Minas Gerais, Baixada Santista, Osasco e Sorocaba e os MFPA's do RJ, SP, MG, RS, e Florianópolis<sup>11</sup>. Naquele momento são listadas 21 entidades de Anistia no Brasil<sup>12</sup>. Compareceram, ainda, boa parte dos setores democráticos organizados no país e

<sup>10</sup> Fonte: Folha de S. Paulo, 6 de novembro de 1978, p.5.

<sup>11</sup> Fonte: Informes e Resoluções dos três eventos mencionados.

<sup>12</sup> Folha de S Paulo, “Congresso sobre anistia organiza atuação nacional”, 18 de novembro de 1978.

importante delegação estrangeira. O evento teve boa repercussão na mídia escrita. Os jornais da chamada “grande imprensa” divulgavam na íntegra as resoluções do Congresso, a lista atualizada dos mortos e desaparecidos (253, até então), a composição das mesas e síntese razoável das discussões mais importantes.<sup>13</sup> A cobertura feita pelo alternativo Movimento, em ampla matéria de quatro páginas, revela o clima que predominou nos trabalhos:

*“Foi a manifestação mais emocionante dos últimos tempos. Em alguns momentos, foi possível localizar dezenas de pessoas chorando na platéia; e quando o operário Ubiraci Dantas de Oliveira aos prantos lembrou ‘o que fizeram com Manoel Fiel Filho e com Vladimir Herzog’, até alguns jornalistas encarregados de cobrir a cerimônia choraram. A sessão de abertura do I Congresso Nacional pela Anistia, no Teatro da Universidade Católica de São Paulo, desenrolou-se quase toda nesse tom das 21 às 24 horas da última sexta-feira, com a presença de 1500 pessoas entusiasmadas.” (MOVIMENTO, 1978: 12)*

É importante notar como desde o começo o movimento pela Anistia carregava uma forte carga de sentimentos, e aqui, o sofrimento em comum que uniu esses grupos foi o vínculo que uniu esses homens e mulheres, com as suas formas de sentir e experimentar, de sofrer, de estarem juntos nas angústias, ódios, e tudo o mais que sofriam. Partiram para a organização de movimentos que lutassem pela Anistia, agiram e reagiram, cada um com a sua sensibilidade específica, e um sentimento em relação ao companheiro de luta e ao inimigo em comum. Há dor, ódio, ressentimento, paixão e desejo. Essas afetividades são componentes fundamentais desta luta. O ódio, por exemplo, de uma restrição criada por um governo ditatorial, de ver um amigo ou parente preso, o ressentimento causado por isso, o medo, reproduzem-se e manifestam-se em várias situações. Concordamos com Pierre Ansart: “as paixões são verdadeiras forças, dinâmicas, criadoras de múltiplas ações e destruições” (ANSART, 1997: 96). Há uma verdadeira dialética das paixões: as hostilidades se reforçam mutuamente e conduzem, no caso do nosso objeto, à uma luta contra o poder instituído. Diz Ansart: “se há no povo um desejo demasiado de liberdade é porque há na elite um desejo demasiado de

---

<sup>13</sup> Jornal do Brasil, 4 de novembro de 1978, “Anistia homenageia Lamarca e Marighela”; Jornal da Tarde, 4 de novembro de 1978, “ANISTIA Muita gente e muita emoção no primeiro dia do Congresso”; Folha de S Paulo, 5 de novembro de 1978, “Encontro de anistia divulga lista com novos desaparecidos”; Folha de S Paulo, 6 de novembro de 1978, “UM MANIFESTO À NAÇÃO. Após quatro dias de debates, termina Congresso pela Anistia”; O Estado de S Paulo, 6 de novembro de 1978, “As decisões do Congresso pela Anistia”; Jornal do Brasil, 6 de novembro de 1978, “Congresso da anistia recomenda a volta dos exilados”; Última Hora, 4 e 5 de novembro de 1978, “Congresso exige anistia geral”.



mandar” (ANSART, 1997: 100). Nos grupos que lutaram pela Anistia encontramos a reunião de descontentes com um governo ditatorial que compartilharam suas emoções num espaço próprio criado (ou retomado) por eles para a expressão de falas e elaboração de ações vigorosas e apaixonadas, contemplou por isso, a dimensão racional e afetiva num só objetivo:

*“(...) ainda ali na primavera de 1974 nossa perspectiva limitava-se à denúncia da tortura, à denúncia da repressão econômica, à apresentação dos índices de acidente de trabalho, enfim, a apresentação do quadro geral de uma ditadura militar de direita. Faltava uma palavra que sintetizasse todas as aspirações da luta, num determinado momento, uma palavra que fosse aquilo que as pessoas chamam, de forma empolada, o centro tático. Aquilo para onde iam convergir os pedidos e o apoio internacionais.*

*Não conheço em todo o período de militância na denúncia da ditadura brasileira no Exterior nenhuma palavra de ordem que tenha nos unido tanto quanto a Anistia. (...)” (GABEIRA, 1979: 10-11)*

Para Fernando Gabeira a palavra Anistia foi aglutinadora de uma luta que foi principalmente contra a ditadura e suas arbitrariedades. Ele, mesmo fora do país, se articulou na luta pela Anistia num CBA com sede em Estocolmo, com várias outras pessoas que compartilharam suas afetividades no exílio, suas dores e ressentimentos. Um motor para a ação. Gabeira prossegue: *“Anistia é a união. Unir os brasileiros já é um passo na luta contra a ditadura que desde 64 não busca outra coisa a não ser a nossa separação, seja pela morte, seja pela cadeia, seja pelo exílio ou mesmo pela desconfiança, o medo, a delação.” (GABEIRA, 1979: 19)*

Assim, o discurso pelas liberdades democráticas ganha espaço e sua busca passa a caracterizar o movimento pela Anistia, já que teoricamente, a democracia tem como um dos objetivos e um dos resultados o de substituir as violências pela tolerância, o enfrentamento por fruto dos ódios pelo confronto de opiniões, construir espaços de diálogos e reflexão, tendo como efeito liberar as expressões e superar os ódios através do reconhecimento das pessoas e de seus direitos. O diálogo democrático teria como consequência permitir a expressão das hostilidades e, portanto, sua transformação em reivindicações racionalizadas e o seu abrandamento pela tomada de consciência das oposições de interesses. Trata-se aqui, sem dúvida, de um ideal, de um conjunto de

valores a serem perseguidos, e estes os foram, visivelmente pelo movimento pela Anistia.

Essa dimensão afetiva do movimento pela Anistia é compreendida aqui como uma dimensão explicativa indispensável e esta luta política. Pensamos que os sentimentos compartilhados da hostilidade sofridas são fundamentais para a cumplicidade, solidariedade e identificação dentro deste grupo. Explica-nos Pierre Ansart: *“o ódio recalçado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com o seu grupo.”* (ANSART, 2001: 22)

O que se pode perceber é que a universalidade, a radicalidade e, sobretudo, a peculiaridade do movimento pela Anistia estão determinadas pela construção do político – não do social – como o lugar da ação. Neste caso, a dimensão do político é qualificada pelo investimento na construção de um espaço público de contrapoder a partir do enfrentamento direto à ditadura militar. Os CBA's se empenham em manter a luta no terreno do político ao não limitar a questão à exigência da libertação dos presos políticos, da volta dos exilados e banidos e da reintegração dos cassados e dos clandestinos. O seu discurso não tem aquele vício de origem inerente ao discurso reivindicatório apontado por Renato Janine Ribeiro:

*“... o de instituir um poder ao qual se pede, ao qual se reclama – ao qual, por vezes até mesmo se exige – mas que, em todos os casos, devido a esse diálogo que com ele se instaura, é implicitamente reconhecido como interlocutor legítimo e, pior ainda, legitimado na posição em que está como interlocutor, isto é, na de detentor do poder”.* (RIBEIRO, 1998: 26)

É este o limite que condiciona a dificuldade das lutas reivindicatórias, mesmo as instituintes, se manterem enquanto tal, tornando-as vulneráveis, por um lado, aos riscos de efemeridade, isolamento, pulverização e esgotamento interno e, por outro, às tentativas acirradas de enquadramento e esvaziamento por parte do poder instituído. Ao brandir bandeiras como “Pelo fim da tortura” e “Pelo desmantelamento do aparelho repressivo” ou ainda “Pelas liberdades democráticas” e “Em defesa dos direitos humanos”, os CBA's enfrentam o poder instituído, o qual não é encarado como interlocutor, mas como inimigo a ser combatido, o ódio à este inimigo comum torna-se forte aglutinador deste movimento. Ainda Ansart: *“Os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade*

*no interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações (as “explosões de sentimento” como diz Nietzsche) podem ser gratificantes.”* (ANSART, 2001: 22)

E mesmo o “ódio recalado e depois manifestado”, que segundo Ansart cria uma solidariedade afetiva que extrapola as rivalidades internas e permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com o seu grupo. É isto que os torna invulneráveis àquelas tentativas de enquadramento - apesar de não serem imunes aos riscos de isolamento e esgotamento interno - e os qualifica como referência de luta direta contra a ditadura. Eles se constituem enquanto movimento político *per se*: no seu caso, a politização não é mera possibilidade ou eventualidade, mas *conditio sine qua non* - a luta pela Anistia é uma luta política.

A atuação dos CBA's constitui transgressão às regras do jogo da ditadura e estabelece o dissenso na definição de Jacques Rancière, dissenso que veio para “perturbar a ordem da polícia”<sup>14</sup> e resgatar o registro da política, entendida como ruptura, o contrário de consenso. No confronto direto com a ditadura militar, a motivação profunda do movimento pela Anistia é a garantia do direito universal à liberdade e a criação das condições para o exercício da cidadania, portanto, a reconstrução do espaço público, procedimento radical de desalienação. O que está em jogo é a própria recuperação da possibilidade da política enquanto tal. Além disso, ao ser colocada a exigência de esclarecimento circunstanciado das mortes e desaparecimentos políticos e da responsabilização do Estado e punição dos torturadores – a reparação histórica e o ressarcimento devidos a toda a sociedade - o caráter político é magnificado e vemos aqui também surgir um outro tipo de sentimento, que Ansart vai nos explicar:

*“o ódio recalado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideram inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida. (...) Este ódio (...) insere-se na prática dos dominantes de conter as manifestações de seu ódio e desejos de vingança”.* (ANSART, 2001: 19)

Assim, apesar da resistência da ditadura militar contra o tema, a combatividade do movimento pela Anistia determina a sua inserção definitiva na agenda do governo. A

---

<sup>14</sup> RANCIÈRE, Jacques. “O dissenso”. In: NOVAES, Adauto. *A crise da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 372. Neste ensaio Rancière aprofunda a noção de dissenso como elemento fundador da democracia, em oposição a consenso, identificado com a noção de polícia, que seria a negação da política. V, tb.: RANCIÈRE, J. O desentendimento. São Paulo: Editora 34, 1996.

luta ganha visibilidade e conquista espaço privilegiado na chamada grande imprensa, sobretudo a escrita; a imprensa alternativa intensifica e potencializa ainda mais a campanha, repercutindo ao máximo o discurso e as ações do movimento.

### Referências Bibliográficas

ABRAMO, Zilah. Depoimento a Andressa M Villar Ramos. São Paulo, 30-08-2000.

ABRAMO, Zilah & MAUÉS, Flamarion (org.). Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ANSART, Pierre. Connaissance des passions politiques. Platon, Machiavel, Tocqueville. In Les Cahiers de Psychologie Politique, n. 01. Paris/France: AFPP, Janvier/2002.

\_\_\_\_\_. “História e memória dos ressentimentos”, p. 22. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas/SP. Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. Los Clinicos de Las Pasiones Políticas. Buenos Aires/Argentina: Nueva Vision, 1997.

\_\_\_\_\_. “Mal-estar ou fim dos amores políticos?”. In Revista História & Perspectivas. Uberlândia/MG: UFU/COCHI, 25 e 26, Jul.-Dez./2001 – Jan.-Jul./2002.

ARANTES, Maria Auxiliadora Almeida Cunha. Depoimento a Andressa M Villar Ramos. São Paulo, 08-09-1999.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

\_\_\_\_\_. Origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (5ª reimpressão, 2004).

GABEIRA, Fernando N. **Carta sobre a anistia; A entrevista no Pasquim; Conversação sobre 1968.** RJ: Codecri, 1979.

GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. “A correção política é o ópio dos intelectuais.” P. 94. In: FREIRE, Alípio; ALMADA; Isaías; e PONCE, J. A. de Granville (orgs). **Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos.** SP: Scipione, 1997.

GREENHALGH, Luis Eduardo. Depoimento à Rita Freire. Revista Adusp, outubro de 1999.

GREENHALGH, Luís Eduardo. Discurso proferido em 23/08/99, por ocasião do Ato público em homenagem aos 20 anos da Anistia, no auditório do TUCA, PUC-SP.

MOVIMENTO, 6 a 12 de novembro de 1978, “Em emocionante sessão, Congresso abre nova etapa de luta: ANISTIA PARA TODO O POVO” p. 12-16.

NEPOMUCENO, Juares. Depoimento a Andressa M Villar Ramos. São Paulo, 29-03-2004.

RIBEIRO, Renato Janine. “Os direitos do homem poderão ameaçar a democracia?”. In: Theophilos Rifiotis; Tiago Hyra Rodrigues. (Org. ). **Educação em Direitos Humanos - discursos críticos e temas contemporâneos**. 1 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, v. , p. 21-39.